- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

10 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado obrigatoriamente dos seguintes documentos:

- Curriculum profissional detalhado, datado e assinado, com indicação das tarefas e funções desenvolvidas pelo candidato ao longo da sua actividade e correspondentes períodos;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Documentos comprovativos das acções de formação e de aperfeiçoamento profissional frequentadas e finalizadas pelos candidatos onde conste o conteúdo, a respectiva duração e a entidade fornecedora;
- Declaração autenticada, passada pelo serviço a que o candidato pertence, da qual conste a natureza do vínculo à função pública, bem como as classificações de serviço (qualitativas e quantitativas) reportadas aos três últimos anos;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas referidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Outros documentos comprovativos de elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

11 — A não apresentação, juntamente com o requerimento, dos documentos exigidos no presente aviso determina a exclusão dos candidatos, de acordo com o n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

13 — O júri poderá, se assim o entender, exigir a qualquer dos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

14 — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano e obedece às regras previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

14.1 — A frequência do estágio será feita em regime de comissão de serviço extraordinária ou contrato administrativo de provimento, conforme o interessado possua ou não nomeação definitiva na Administração Pública, de acordo com o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

14.2 — Na avaliação e classificação final do estágio serão ponderados pelo júri do estágio, a designar por deliberação do conselho directivo, os seguintes factores: relatório de estágio a apresentar por cada estagiário; classificação de serviço obtida durante o período de estágio, e resultados da formação profissional.

14.3 — Os estagiários aprovados com classificação não inferior a 14 valores serão providos, a título definitivo, nas vagas postas a concurso, passando a ser remunerados pela categoria de técnico superior de 2.ª classe.

15 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciado Alfredo Barreiros da Silva, vogal do conselho directivo do IQF, I. P.

Vogais efectivos:

- Licenciada Maria Leopoldina Carvalho de Torres, técnica superior principal do quadro de pessoal do IQF, I. P.
- Licenciada Carla Rocha, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do IQF, I. P.

Vogais suplentes:

- Licenciada Sandra Cristina Nunes Lameira, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do IQF, I. P.
- Licenciada Ana Maria Cotrim Pires, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do IQF, I. P.

Nas ausências e impedimentos do presidente do júri, este será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

15 de Julho de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Teresa Paixão*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Rectificação n.º 1297/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 6123/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, a p. 9127, através do qual foi publicada a lista de candidatos admitidos, bem como a marcação da data e

o local da realização da prova de conhecimentos específicos do concurso interno de acesso misto para provimento de lugares na categoria de técnico de informática do grau 2, da carreira técnica de informática, nos quadros de pessoal dos ex-Centros Regionais de Segurança Social do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, aberto pelo aviso n.º 12 232/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 305, de 31 de Dezembro de 2004, rectifica-se que, a p. 9127, onde se lê «123 lugares na categoria de técnico de informática de grau 2» deve ler-se «163 lugares na categoria de técnico de informática de grau 2», onde se lê «Referência n.º 2 [...] Nuno Manuel Guimarães Teixeira Lopes» deve ler-se «Referência n.º 2 [...] Nuno Manuel Guimarães Teixeira Lopes» e onde se lê «Referência n.º 3 [...] João António Mourão Teixeira» deve ler-se «Referência n.º 3 [...] João António Mourão Teixeira».

Na referência n.º 4 — ex-Centro Regional do Alentejo é incluído o nome da candidata Ermelinda Jesus Janeiro Azeitona.

13 de Julho de 2005. — Pela Directora de Unidade de Recursos Humanos, a Directora do Núcleo de Administração de Pessoal, *M. Natércia Oliveira*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 595/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos do Hospital Pulido Valente, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 290/2002, de 10 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, o Prof. Doutor Raul José Pimentel de Mesquita Lima para exercer as funções de director clínico daquele Hospital.

29 de Junho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 16 596/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos do Hospital Pulido Valente, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 290/2002, de 10 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, a enfermeira Catarina das Dores Praça Santos Batuca para exercer as funções de enfermeira-directora daquele Hospital.

29 de Junho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 16 597/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 273/2002, de 9 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, a enfermeira Maria Antonieta Lomba Alves para exercer as funções de enfermeira-directora daquele Centro Hospitalar.

30 de Junho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 16 598/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 273/2002, de 9 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado João da Costa Nóbrega para exercer as funções de director clínico daquele Centro Hospitalar.

30 de Junho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 16 599/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, e no n.º 3 do artigo 2.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em regime de substituição, para exercer as funções de coordenadora da Sub-Região de Saúde de Coimbra a licenciada Isabel Maria Dinis dos Santos Alves Ventura, cujos perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa.

1 de Julho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Isabel Maria Dinis dos Santos Alves Ventura, filha de Henrique Antunes dos Santos e de Maria Helena Moreira Dinis dos Santos, nasceu a 8 de Abril de 1957 no Alto da Estação Velha, freguesia de Eiras, concelho e distrito de Coimbra, Portugal.